



**LEI Nº 3.262/2018**

**Súmula:** “Dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis – ITBI, e dá outras providências”.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DO PAGAMENTO**

**Art. 1º.** O Imposto sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis - ITBI será pago antes de efetuada a transcrição do título de transferência no Registro de Imóveis.

**Art. 2º.** O ITBI poderá ser realizado através de pagamento à vista ou parcelado em até 06 (seis) prestações mensais e sucessivas, não inferiores a R\$ 200,00 (duzentos reais), permitindo-se o ajuste para arredondamento em uma das parcelas.

- I.** A primeira prestação deverá ser paga no ato do parcelamento;
- II.** As demais prestações vencerão sucessivamente nos meses subsequentes, respeitado o dia do pagamento da primeira;
- III.** Somente o promitente comprador poderá requerer o parcelamento do imposto, ou então Procurador devidamente constituído através de instrumento com firma reconhecida.

**Parágrafo único** - O disposto no “caput” não se aplica na aquisição de imóveis com utilização de FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) ou através de Financiamento.

**Art. 3º.** Sobre as prestações vencidas incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, atualizados pelo IPC, bem como multa moratória de 0,33 % (zero trinta e três por cento) ao dia, limitada a 10 % (dez por cento).

**Art. 4º.** Na hipótese de falta de pagamento de qualquer das prestações, somente se dará o cancelamento do parcelamento 30 (trinta) dias após o vencimento da última prestação paga.



**Art. 5º.** A guia para pagamento do imposto será emitida pelo órgão municipal competente baseada na declaração dos cartórios, bancos, formal de partilha ou carta de arrematação

**Art. 6º.** Em caso de extravio da guia paga, o contribuinte poderá solicitar a Certidão, que deverá ser apresentada ao Cartório de Ofício de Notas ou ao Registro de Imóveis, em substituição à guia.

**Art. 7º.** Nos casos de parcelamento requerido por pessoa física, será exigido o contrato assinado ou minuta de escritura, documento de identificação e inscrição no CPF.

**Art. 8º.** Ante o inadimplemento do parcelamento do crédito tributário nos termos desta Lei, não haverá concessão de novo parcelamento para a dívida de ITBI decorrente da mesma transação imobiliária.

**Art. 9º.** O pedido de parcelamento implicará em reconhecimento incondicional da dívida e configurará confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353, e 354 do Código de Processo Civil.

**Art. 10º.** Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos do seu cargo, sem a prova do pagamento total do imposto.

**Art. 11º.** Optando o contribuinte do ITBI em fazer o pagamento em parcelas, somente será emitida a declaração de quitação após o adimplemento da última parcela, com a apresentação de todas as guias junto ao Município.

## **CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 12º.** Os casos omissos serão disciplinados por ato regulamentador do Prefeito, ouvido o Secretário Municipal de Finanças, a Coordenadoria do ITBI e o Diretor do Departamento.

**Art. 13º.** Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Prefeitura do Município de Araucária, 12 de março de 2018.

**HISSAM HUSSEIN DEHAINI  
Prefeito de Araucária**